

José Alberto Loureiro dos Santos

O CORAÇÃO DA EURÁSIA CONTRA O RESTO DO MUNDO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

O CORAÇÃO DA EUROÁSIA CONTRA O RESTO DO MUNDO

AUTOR

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-221-6

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

A INCERTEZA ENTRE AS DUAS CULTURAS O CORAÇÃO DA EURÁSIA CONTRA O RESTO DO MUNDO

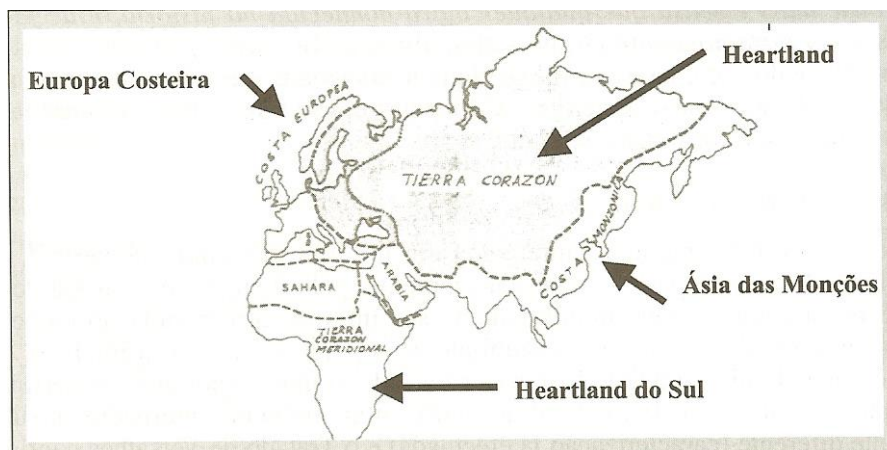
(Ensaio de geopolítica e relações internacionais)¹

José Alberto Loureiro dos Santos

A questão do poder

1. Mackinder foi o primeiro analista que relacionou os centros de poder com áreas geográficas, embora, antes dele, Ratzel tenha admitido a tendência para os estados de grande dimensão geográfica, tipo continente, serem os que mais capacidade têm de impor a sua vontade aos restantes. Mackinder chamou a atenção para a região geográfica central da Eurásia, a que designaria posteriormente “Ilha Mundial”, pela sua importância ao longo da História. Deu-lhe, inicialmente (1904), o nome de “pivot geográfico da História”². Mais tarde (1919), na sua obra “Democratic Ideals and Reality”, depois de ajustar a sua localização e dimensão, passou a chamar-lhe Heartland, o coração da Eurásia – uma “cidadela de poder incrustada na Ilha Mundial”, incorporando a Europa Oriental “como fonte de população e recursos” e usando a mobilidade permitida pelas linhas de caminho-de-ferro, recentemente construídas.

Quadro 1. A teoria de Mackinder



In Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos

A partir deste Heartland, seria possível dominar o mundo. É famosa a sua conclusão (Quadro 1, A teoria de Mackinder):

- Quem dominar a Europa Oriental domina o Heartland;

¹ Comunicação à Academia de Ciências de Lisboa, em 10 de Julho de 2008.

² “The Geographical Pivot of History”, por Halford John Mackinder. Tradução do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Lisboa, in Vários, Geopolítica Tropical, ISCSPU, 1968.

- Quem dominar o Heartland domina a Ilha Mundial;
- Quem dominar a Ilha Mundial domina o Mundo.³

Adiante-se, desde já, que a questão do poder se centra num exercício pelo qual pessoas situadas num certo espaço impõem a sua vontade a outras pessoas que ocupam o mesmo ou outro espaço. Ou seja os dois factores essenciais sempre presentes na disputa do poder são: a demografia (quantidade e composição étnica e religiosa) e a geografia (espaço, circulação e recursos naturais). Os meios ou instrumentos usados nessa disputa, desde as mãos e as pedras até aos mísseis intercontinentais, desde as palavras de persuasão até às balas da coacção, constituem as “armas” (artefactos e respectivas tácticas e estratégias de actuação). Estes meios visam garantir o acesso aos recursos e aos valores que garantem o bem-estar (físico e psicológico) e a segurança desejada. A natureza destes meios e a forma como são utilizados dependem de um importante factor do potencial estratégico dos actores políticos – o conhecimento.

Ou seja, demografia (geografia humana), geografia física e conhecimento são os três factores básicos do poder, com os dois primeiros a ser indispensáveis, quando se trate de um exercício de poder com expressão global e com duração continuada por largos períodos de tempo. Para exercer um poder expressivo em termos globais, é ainda necessário um patamar de conhecimento adequado, mas esse poder não conseguirá ser desempenhado, sem possuir as dimensões críticas mencionadas atrás. De facto, sem uma capacidade de encaixe estratégica suficiente em termos de demografia (quantidade e qualidade) e de espaço (extensão e recursos naturais), por mais desenvolvido que seja o factor conhecimento, um actor não se configura com a massa crítica de poder bastante para ser um *jogador* de primeiro plano na arena internacional.

Um actor nesta situação (com conhecimento, mas sem massa crítica demográfica e/ou física) pode influenciar um vasto espaço regional ou mesmo global, mas precisará sempre de um aliado que tenha condições para ser e esteja disposto a servir de encaixe estratégico às ameaças susceptíveis de o atingir, como compensação das suas insuficiências de natureza geográfica. Este facto significará uma dependência do primeiro em relação a um segundo *jogador*, a que corresponderão os respectivos custos. Podem considerar-se nestas condições os casos de Israel e do Japão em relação aos Estados Unidos nos seus confrontos, respectivamente, com os países muçulmanos vizinhos, num caso, e com a China, no outro.

³ A posição de Mackinder evoluiria conforme a evolução da realidade que o rodeava. Desta evolução resultam as posições doutrinárias enunciadas no seu artigo de 1943, “The Round World and the Winning of the Peace” (Vários, Geopolítica tropical, Tradução do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968)

O valor da teoria de Mackinder e seus desenvolvimentos posteriores

2. A análise que levou o geógrafo inglês Mackinder à formulação da sua doutrina geopolítica foi condicionada pela situação histórica que o envolvia. Em pleno desenvolvimento da segunda Revolução Industrial e com o espaço ocidental – Europa/EUA – a dominar o mundo, o que transformava a disputa pelo poder no planeta no resultado da sua disputa no Ocidente. Período durante o qual o predomínio que a ponta Oeste da Eurásia (sucessivamente, Portugal, Espanha, França, Holanda e Reino Unido), tinha exercido desde os Descobrimentos mostrava sinais de estar a ser desafiado A Leste, pela Alemanha (considerada por Mackinder “a fonte do poder”) e/ou pela Rússia (considerada a “área de mobilidade”), e, a Oeste, pela potência marítima então a consolidar-se, os Estados Unidos.

Este enfoque, num tempo histórico circunscrito, esqueceu a preponderância milenar da região da Ásia/Pacífico, cuja importância se esbatera na sequência da sua ausência de protagonismo na sequência da Revolução Industrial.

Há 40 anos, num trabalho que tive de apresentar no Curso de Estado-Maior, dei-me conta que o teorizador do poder terrestre era afinal um adepto da proeminência dos poderes marítimos, e a sua doutrina visava alertar estes poderes para o perigo do poder continental ter condições de fazer prevalecer o seu domínio global, se, a partir do pivot da História, lhe fosse permitido unificar as vontades das potências existentes na Ilha Mundial. O que, diga-se, nunca tinha acontecido na História, nem aconteceu até agora. Concluí ainda, naquela época, que: 1) “o valor das teorias mackinderianas repousava nas respostas a duas perguntas – onde se encontram as bases de poder, por um lado, e como elas interagem, por outro; 2) constatava-se que só determinados espaços organizados poderiam ambicionar à supremacia; 3) havia necessidade de adoptar uma posição evolucionista (e não determinista, como a de Mackinder e de outros teorizadores que se seguiram) relativamente aos diversos factores do poder”⁴, cuja importância, absoluta e relativa, é variável.

A partir de Mackinder, as teorias geopolíticas que privilegiam um único factor (geográfico terrestre, geográfico marítimo, espaço, demografia, etc.), embora tendo em atenção os artefactos tecnológicos disponíveis na época, foram sempre vistas em função das relações dos poderes exteriores ao continente, especialmente à Europa, com o próprio continente, por ventura por causa do eurocentrismo dominante. E tiveram sempre por referência a teoria geopolítica de Mackinder – a teoria do poder terrestre.

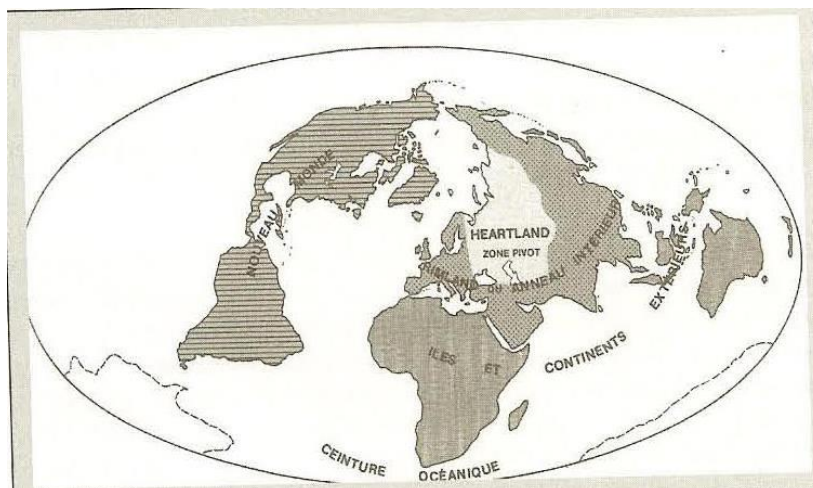
Mahan⁵ observa a importância do poder marítimo para conter o poder continental, enquanto Douhet⁶ e Seversky⁷ chamam a atenção para o poder aéreo, colocado em

⁴ “Ensaio sobre a Doutrina de Mackinder – o seu sentido actual”, in “Como Defender Portugal”, por José Alberto Loureiro dos Santos. Lisboa, IAEM, 1991.

⁵ “Influence de la Puissance Maritime dans L’Histoire: 1660-1783”, por Alfred Thayer Mahan. Société Française D’Éditions D’Art, Paris, 1899.

destaque com as primeira e segunda guerras mundiais. Hoje, constatamos afinal que um espaço geográfico, que disponha das condições necessárias e suficientes para exercer poder, só o conseguirá de modo expressivo, no caso de o fazer actuar em terra, no mar e no ar, a que é imperioso acrescentar, desde há cerca de vinte anos, no espaço exterior.

Quadro 2. A teoria de Spykman



In Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos

Aliás, Spykman e Cohen apresentam concepções geopolíticas globais, servindo-se dos vários factores que lhes permitiram efectuar uma leitura do mundo na sua época, procurando retirar tendências de evolução. Para Spykman (Quadro 2, A teoria de Spykman), o domínio do Rimland (cinturão de terras exteriores que marginam o Heartland) é essencial para dominar o Heartland, invertendo assim os termos da sequência lógica de Mackinder, que, aliás, a prática geopolítica dos Estados Unidos viria a aplicar, com êxito, pelo menos transitório, como o fim da guerra fria demonstrou. Por sua vez, Saul Cohen observa o mundo de forma integral, influenciado pela divisão ideológica desenhada pelo comunismo; crítica Spykman que considera limitar-se a actualizar as teorias de Mackinder, e chama a atenção para a importância das “regiões fragmentadas”, áreas que restringem a circulação por dominarem importantes vias de mobilidade para o exercício do poder⁸.

O general alemão Karl Haushofer, na sua Revista de Geopolítica (*Zeitschrift für Geopolitik*), entre 1924 e 1944, elaboraria uma doutrina, que viria a ser usada ideologicamente pelos teóricos do nazismo, com a finalidade de justificar a exigência “natural” de espaço vital (Quadro 3, A teoria de Haushofer). Considerava como dominante o factor geográfico relacionando a área de poder com a área que lhe está próxima, onde poderia obter os recursos de que esse poder necessita para se afirmar.

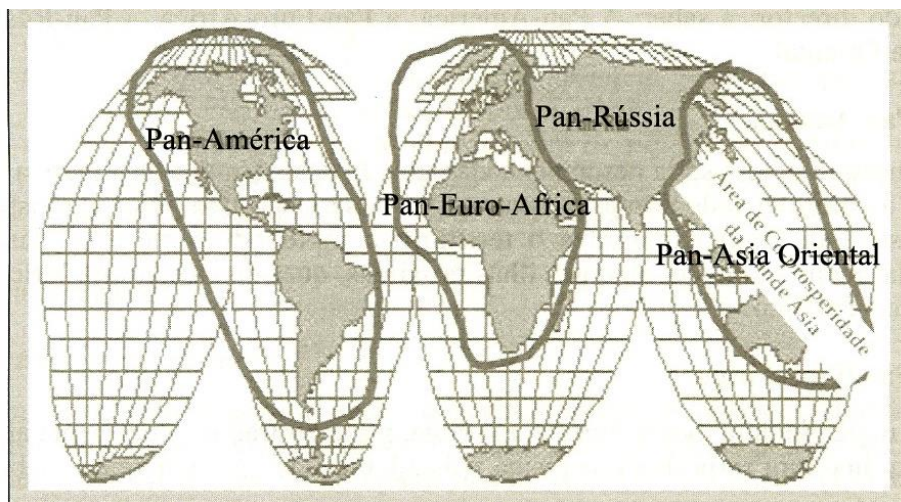
⁶ Ver os livros: “Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos”, por Carlos Mendes Dias, Prefácio, 2005; “Estratégia Aeroespacial, Ciclos de Evolução e Perspectivas Futuras”, in Vários, Estratégia, Vol. VI, Instituto de Relações Internacionais, 1994; “Geografia, Geopolítica e Geoestratégia: Realidade Geopolítica, NC 71-00-03”, Instituto de Altos estudos Militares, 2000.

⁷ Idem nota 5.

⁸ Idem nota 5.

Daqui nasceram as Pan-regiões, que aglutinavam regiões sedes de poder, a regiões áreas de colecta de recursos, numa relação aparentemente colonial – a Pan América a Pan Euro-África, a Pan-Rússia e a Pan-Ásia Oriental.

Quadro 3. A teoria de Haushofer



In Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos

A escola geopolítica brasileira e os novos percursos da geopolítica

3. A geopolítica perdeu protagonismo a partir da segunda guerra mundial e só o recuperaria depois de 1970, apesar de, localmente e por razões próprias de um determinado país, ele se tivesse mantido, como aconteceu no Brasil. A escola geopolítica brasileira ganhou forma nos anos vinte do século passado, particularmente com os estudos efectuados por Couto e Silva, continuados na Escola Superior de Guerra, e prosseguiu, sempre com a finalidade de estudar as condições que permitiriam transformar o Brasil numa grande potência, ambição que a sua extensão e riqueza justificavam.

Depois de 1970, a geopolítica passou a ser encarada como um modo de estudar a evolução das relações de poder entre os diferentes pólos políticos, tendo em vista as suas características geográficas, e encontrar os nódulos que as condicionam, restringindo ou potenciando a sua capacidade de afirmação. E emergiu a abordagem multidisciplinar da geopolítica, como em Raymond Aron, Henry Kissinger, Paul Kennedy, Samuel Huntington, Zbigniew Brzezinski, autores com formações e origens diversas, confundindo-a, por vezes com uma análise sobre relações internacionais, na medida em que se confere mais importância aos factores de natureza política do que aos factores geográficos. O que torna difícil distinguir o que se deve à política daquilo que depende da geografia, se bem que elas se encontrem intimamente relacionadas, quando se procuram discernir os fluxos produtores de influência e de dependência entre espaços organizados politicamente. A suprema arte da política será, afinal, conseguir alcançar os objectivos políticos em ambiente geográfico desfavorável.

Autores recentes têm dado relevo, nos seus estudos geopolíticos, à evolução da geografia em função da variável ecológica, alertando para o facto de modificações no ambiente, provocados ou não pela acção humana, poderem ter profundas repercussões políticas. O relatório da CIA “Mapping The Global Future”,⁹ que pretende apresentar as grandes linhas estratégicas mais prováveis no ano de 2020, incorpora alguns contributos resultantes de eventuais modificações ecológicas.

Entretanto, a escola brasileira de geopolítica vem ganhando novo fôlego, com vários cultores desta disciplina, dos quais convém destacar José William Vesentini, com vasta obra publicada¹⁰ e Leonel Itaussu Almeida Mello, cujo livro “ Quem tem Medo da Geopolítica?” merece cuidado estudo.¹¹

Outras teorias sobre o poder, não podendo ser consideradas literalmente teorias geopolíticas, pois omitem qualquer referência a espaços geográficos, dão realce ao factor tecnológico como predominante, senão único. É o caso das previsões ficcionadas de Aldous Huxley e Orwell, antevendo ambas um poder cuja localização geográfica se desconhece. Ambos consideram a possibilidade de um avanço científico-tecnológico, por si só, permitir o exercício do poder, que se admite ser global.

A perda da importância do espaço geográfico para os actores não estatais, como empresas multinacionais, criminalidade organizada e terrorismo internacional, cujo aparecimento a globalização propicia, parece mais aparente do que real. De facto, os actores políticos não estatais, embora não considerem o espaço geográfico como importante factor na origem do seu poder, perseguem o controlo de território como objectivo a alcançar, tendo em conta o reforço de potencial de poder que isso significa. O que acontece no quadro regional, estatal e mesmo global, como é o caso dos gangs e de organizações terroristas para regiões e estados, e do terrorismo alqaedista no âmbito mais vasto, tipo imperial.

O impacte dos recursos e das alterações climáticas na geopolítica

4. Do factor geografia, os recursos aparecem com uma posição de grande relevância na aquisição e reforço do poder – como são os recursos hídricos, os recursos alimentares, os recursos energéticos e as matérias primárias industriais. São diferentes as percepções de ameaça, quando nos encontramos perante a escassez de água e de recursos alimentares ou quando faltam os recursos energéticos. No primeiro caso, existe percepção de perigo imediato e directo para os cidadãos, o que implica respostas imediatas do Estado, que devem ter sido preparadas em devido tempo. No segundo caso, o funcionamento das sociedades é imediata e directamente afectado, o que exige

⁹ www.cia.gov/nic/NIC2020_project.html

¹⁰ O sítio www.geocrítica.com.br/livros.htm permite conhecer os diversos caminhos da obra de Vesentini, assim como os títulos que publicou, quer sobre geopolítica global, quer sobre geopolítica regional.

¹¹ S. Paulo, Hucitec/Edusp 1999.

acção imediata do Estado com respostas também preparadas antecipadamente, mas os cidadãos não ficam suficientemente sensibilizados para apoiar as respostas a desencadear, pois a sua percepção de perigo não é imediata, mas sim diferida, porquanto não são directamente atingidos.

A água e a energia apresentam-se-nos como os elementos chave da configuração das relações de forças, durante o século XXI. Há zonas de produção de recursos, especialmente energéticos, que se podem transformar em centros activos de poder, particularmente se tiverem dimensão geográfica crítica. Os efeitos gerados pelo sistema financeiro mundial, artificialmente exponenciado e inflado relativamente à realidade económica (com um valor virtual muitas vezes superior aos valores de produção), introduz uma forte tensão nas relações de troca entre os que dispõem de recursos naturais, particularmente petróleo, e os que não os possuem. Na verdade, esta tensão não resulta apenas do sistema financeiro com componente especulativa. Tem uma razão estrutural. O acelerado crescimento económico das potências emergentes exerce uma pressão tal sobre a procura nos países produtores, que a natureza estratégica destes recursos nos surgirá sempre em toda a sua verdadeira dimensão.

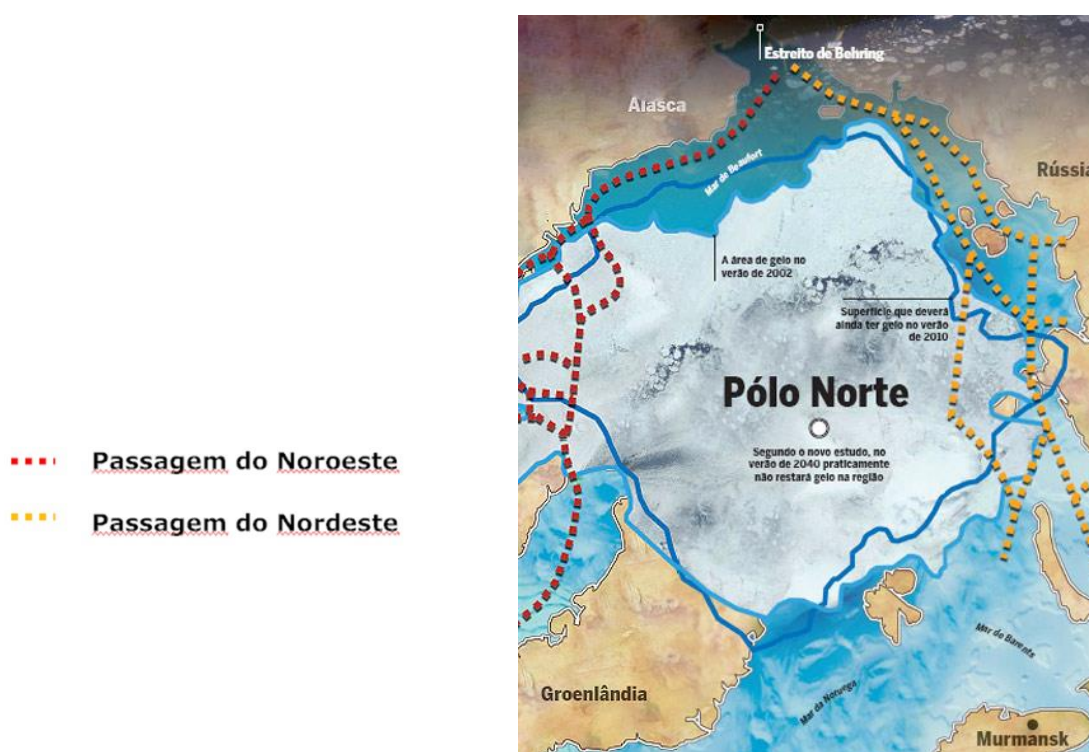
Só uma rotura tecnológica no âmbito da energia, que consiga libertar os países desenvolvidos, e não só, da sua dependência dos produtores de petróleo, poderá alterar a situação que actualmente vivemos. São múltiplas e intensas as várias linhas de investigação em curso, com relevo para a mudança estratégica da General Motors, que anunciou um carro movido apenas a energia eléctrica para 2010, como a Honda e a Toyota, ambas já para este ano, e a Renault para mais tarde. Fecham-se produções de viaturas demasiado consumidoras de combustível, e vai-se apostando nos carros híbridos. Avança-se nos biocombustíveis e investe-se em energias renováveis.

Apesar disto, as estimativas apontam para um período de vinte a vinte e cinco anos, durante o qual continuará em vigor a actual matriz energética dos combustíveis fósseis, especialmente para os transportes – petróleo, gás natural e carvão líquido (Coal To Liquid – CTL). O que, além do mais, cria condições para acelerar as alterações climáticas, também elas predadoras em termos de recursos naturais, especialmente de água, reforçando as migrações e contribuindo para a proliferação de conflitos de toda a ordem, entre os estados e no seu interior.

A escassez de água já afecta particularmente as regiões mais próximas do equador, em extensão progressivamente maior, à medida que se ampliam os espaços desérticos. Com as alterações climáticas e a pressão que as acções humanas sobre o planeta estão a promover, não será de estranhar que as pessoas mais directamente afectadas tentem dirigir-se para as regiões não atingidas e mais beneficiadas pela riqueza e o bem-estar, o que pode implicar respostas ancoradas na construção de barreiras protectoras e na articulação de dispositivos defensivos.

As alterações climáticas podem ainda modificar significativamente a configuração geográfica do planeta, com relevo para as regiões polares, onde o degelo crescente poderá criar novas vias de navegação com carácter estratégico e abrir possibilidades à exploração de recursos, até agora inacessíveis (Mapa 4, Passagens do Ártico). Considera-se que a progressiva redução da superfície das calotes geladas do Ártico tornará possível bordejá-las em 2050, navegando entre o Atlântico e o Pacífico, tanto por Leste (passagem do Nordeste) como por Oeste (passagem do Noroeste), e fazendo aparecer, finalmente, a via navegável que os Corte Real tão persistentemente procuraram em vão, durante os descobrimentos.

Quadro 4. As Passagens do Ártico



O controlo destas novas rotas de navegação e a estimativa dos estudos geológicos norte-americanos, que calculam em 25% das reservas mundiais as reservas de petróleo e gás por descobrir no Ártico (acessíveis e de exploração rentável dentro de quarenta anos) constituem razão suficiente para os “países do Ártico” (Rússia, Dinamarca, Noruega, Canadá e Estados Unidos) disputarem posições estratégicas ao longo das novas vias marítimas de comunicação, assim como autoridade bastante que lhes permita explorar futuras jazidas¹².

¹² Questões debatidas na conferência iniciada em 17 de Maio passado, em Ilulissat, no Oeste da Groenlândia. Público, 18 de Maio de 2008.

Elementos limitadores e potenciadores do poder, na actual configuração geopolítica

5. Feitas estas considerações, vejamos agora a actual configuração geopolítica do planeta.

Aparentemente, a Eurásia e o Rimland configuram-se como espaços terrestres contínuos. No entanto e apesar dos progressos na mobilidade, neles também existem “regiões fragmentadas”, onde a circulação é condicionada, que funcionam mais como elementos de separação do que de união. Montanhas, desertos (de areia ou de gelo), lagos e mares interiores, entre outros acidentes geográficos, além das diferenças religiosas, étnicas e de valores político-culturais, também restringem a circulação, não só física mas de ideias e de sentimentos.

Pelo seu lado, algumas das “regiões fragmentadas” existentes nos oceanos, se incorporarem os indispensáveis factores do poder, entre os quais valores identitários comuns aos seus habitantes, poderão ter a possibilidade de ultrapassar a sua descontinuidade física, com o auxílio de meios e infra-estruturas que o desenvolvimento científico e tecnológico permite, e transformar-se em áreas geradoras de poder. Já é o caso do Japão e poderá ser, a médio/longo prazo, o caso da Indonésia.

Não devemos esquecer que o exercício do poder não se limita a uma faceta afirmativa de acção; devemos ter em conta uma face de reacção, negativa ou anti, tanto em termos de *hard* como de *soft power*. A capacidade de resistir, desde que suficientemente dissuasora, pode ser tão eficaz como a de atacar e, por regra, será muito mais eficiente. Embora, em tempos de globalização, seja difícil um espaço geopolítico afirmar-se globalmente sem capacidade de actuação exterior, nomeadamente no domínio militar e na área da informação/comunicação, espaços geopolíticos de grande dimensão podem dispor de suficiente potencial económico para enveredarem por atitudes proteccionistas onde prevaleça o isolacionismo, se concluírem que a globalização económica os prejudica em relação a outros espaços. Nestas condições, a capacidade defensiva é o factor de poder mais adequado – os EUA e, particularmente, a China no passado costumam ser apresentados como exemplos de um cenário deste tipo.

Também convém recordar que o poder em sentido de negação tende a reforçar-se, como consequência da complexidade crescente das sociedades actuais organizadas em rede, particularmente as mais desenvolvidas, que se tornaram extraordinariamente vulneráveis. Isto pode conduzir a que operações de guerra ofensiva que ultrapassem certos níveis de destruição não sejam instrumento úteis da política, ou seja, para conseguir objectivos políticos não podem ser usadas certas acções militares, como foi evidente para o emprego de armas nucleares e já se tornou verdadeiro para muitas acções convencionais de elevada intensidade. Pelo contrário, o fácil acesso a artefactos sofisticados com capacidade de transformar tecnologias de uso comum, como os transportes de massas, em armas de efeitos poderosos, é favorável à resistência e ao combate do militarmente mais fraco.

Migrações históricas

6. Durante muito tempo, só contou a História decorrida na “Ilha Mundial” ou Eurásia. Do seu coração emergiam ciclicamente movimentos populacionais, pacíficos ou armados, em direcção à periferia, como se fosse um espaço gerador de gente cujas necessidades não conseguia assegurar. No século XV, essas migrações centrífugas passaram a ultrapassar a própria periferia eurasiática, onde as populações se tinham acumulado. Primeiro a partir da sua península ocidental, para as Américas; séculos depois, a partir da sua costa oriental, os eurásios partiram para o além-mar. Os séculos XIX e XX assistiram ao reforço destas movimentações.

Da periferia da Ilha Mundial, mas a Oriente, naquilo que designamos por Ásia/Pacífico, a numerosa população tendia a escoar-se para a “região fragmentada” contínua, constituída por diversos arquipélagos (Japão, Taiwan, Filipinas, Indonésia). Note-se que as migrações armadas foram reduzidas, e as que foram tentadas sobre o arquipélago nipónico fracassaram, pois cedo este arquipélago se configurou como espaço geopolítico. Da periferia Sudeste da Eurásia, as migrações tiveram por destino especialmente a África Oriental.

Nos últimos anos do século XX, as migrações começaram a orientar-se em sentido inverso. Partindo do ultramar, movimentações centrípetas foram demandando as margens da Eurásia. Actualmente, o coração da Eurásia é um espaço com um enorme *deficit* populacional, cuja expressão tende a aumentar no próximo futuro.

O conceito “ilha de poder” como elemento de leitura geopolítica

7. Do ponto de vista geopolítico, a “Ilha Mundial” de Mackinder não tem qualquer expressão útil como espaço geopolítico homogéneo. Na verdade, já não tinha no tempo de Mackinder. Assim como não tem nem nunca teve sentido geopolítico de utilidade o Rimland de Spykman, no seu conjunto.

Podemos afirmar que o planeta é constituído por um conjunto de ilhas activas em termos de poder. Umas sem grande peso específico e com capacidades desiguais que se limitam a sobreviver, mesmo com armas nucleares, como nos caso do Paquistão e de Israel. Mantêm os seus interesses vitais na maior parte das vezes à custa de apoios exteriores. Outras com expressão regional marcada e com possibilidades de terem alguma expressão de natureza global em vários dos vectores que a podem caracterizar – económico, cultural, científico, político, militar ou outros. Outras ainda, cujos atributos ou factores de poder lhes permitem exercer globalmente e de modo significativo a sua vontade e influência. Chamaremos às segundas “ilhéus de poder global” e às terceiras “ilhas de poder global”.

O número das “ilhas de poder global” será sempre reduzido. Por um lado, as regiões que possuem os atributos geográficos (físicos e humanos) indispensáveis à sua

caracterização como tal circunscrevem-se a poucas zonas específicas do planeta, onde se criaram as condições de emergir sociedades politicamente organizadas de grande dimensão. Por outro, nem todas conseguiram ascender ao grau suficiente de conhecimento, para projectarem poder em termos globais. Além disto, a sua permanência, pelo menos como potenciais ilhas de poder global, tenderá a ser continuada.

Quanto aos “ilhéus de poder global”, o seu número e localização, pelo contrário, pode ser mais numeroso e tende a ser mais instável, variando com o tempo. Nem todos os que actualmente se configuram como tal perdurarão. Outros poderão surgir.

EUA - ilha de poder global

Quadro 5. EUA – Ilha de Poder Global



Os Estados Unidos constituem claramente uma “ilha de poder global”. São mesmo aquela que marca a agenda planetária, embora tenham revelado algumas vulnerabilidades importantes, depois da guerra do Iraque, que também pôs a nu comportamentos que lhes retiraram muita da sua credibilidade. Actualmente, mostram algumas dificuldades em concretizar todos os pontos dessa agenda, precisando do apoio de outros actores para o fazerem, mesmo que ele se fique pela não obstrução.

Os EUA continuam a ser a única superpotência mundial – a maior economia do mundo; o país mais avançado em termos de conhecimento, muito destacado dos restantes, nomeadamente no domínio da investigação científica e tecnológica; a maior potência militar mundial, com capacidade nuclear acima de todas as outras e sem rival no espaço exterior e nos espaços aéreo e marítimo, com algumas limitações para o

combate terrestre que está a procurar colmatar. Dispõe de importantes recursos naturais e é um país continente com cerca de 300 milhões de habitantes.

Na Eurásia, Uma ilha, duas quase ilhas e duas semi-ilhas de poder global.

Na Eurásia, presentemente, divisa-se uma “ilha de poder global” – a China –, embora ainda em fase ascendente.

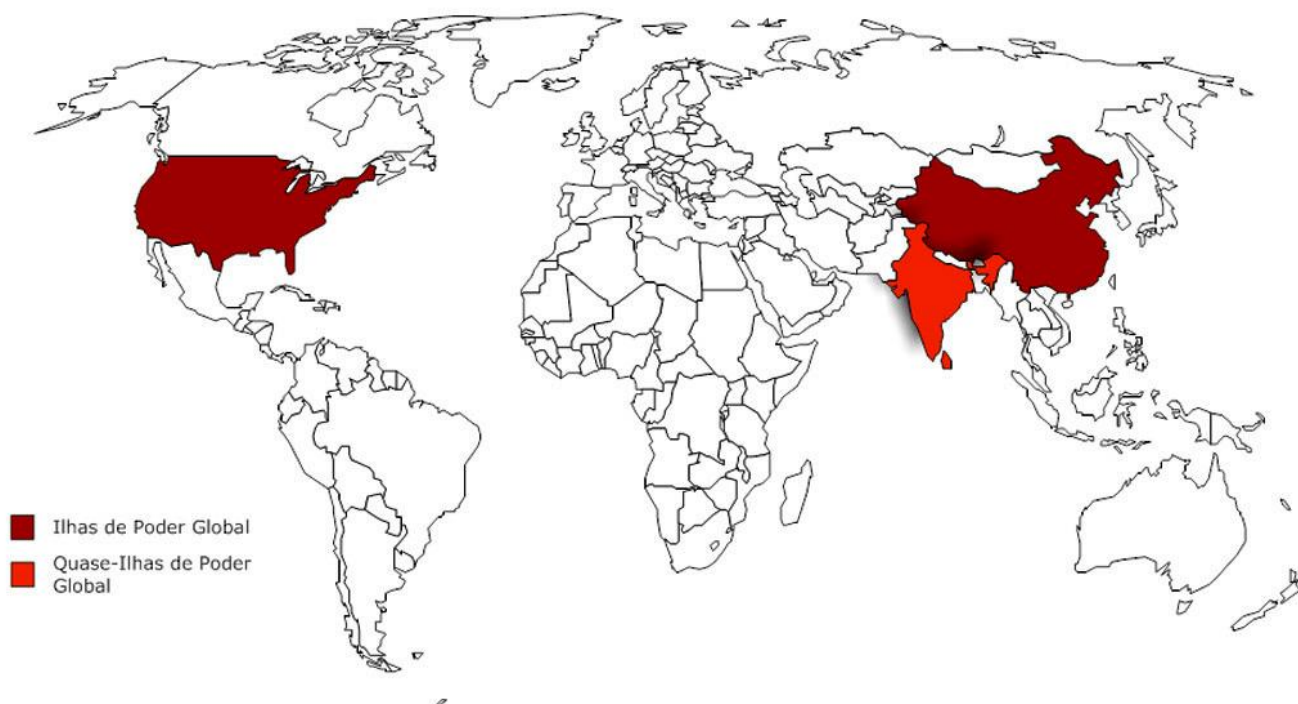
Quadro 6. China – Ilha de Poder Global



A China, também um país tipo continente, encontra-se bem circunscrita pelas cadeias montanhosas dos Himalaias ao Altai a que se segue a estepe siberiana pouco habitada, cuja extensão constitui uma separação com significado do núcleo do poder russo. Cerca de 1.250 milhões de habitantes com um sistema linguístico próprio e um padrão religiosos e étnico distintivo. É uma potência em acelerado crescimento económico, com laços de uma tal interdependência com a economia americana que os EUA e a China se transformaram em irmãos-adversários. Nenhum dos dois pode desencadear estratégias de natureza económico-financeira que afectem o outro, provocando-lhe uma profunda recessão, pois elas teriam um efeito de boomerang susceptível de provocar uma recessão mundial. Trata-se de uma situação de dissuasão económica mútua. A China dispõe de importantes recursos naturais, embora muito insuficientes na fase de acelerado desenvolvimento em que se encontra; avança aceleradamente no factor conhecimento; e melhora progressivamente o seu poder militar. É uma potência nuclear de expressão média e encontra-se a executar um ambicioso programa espacial.

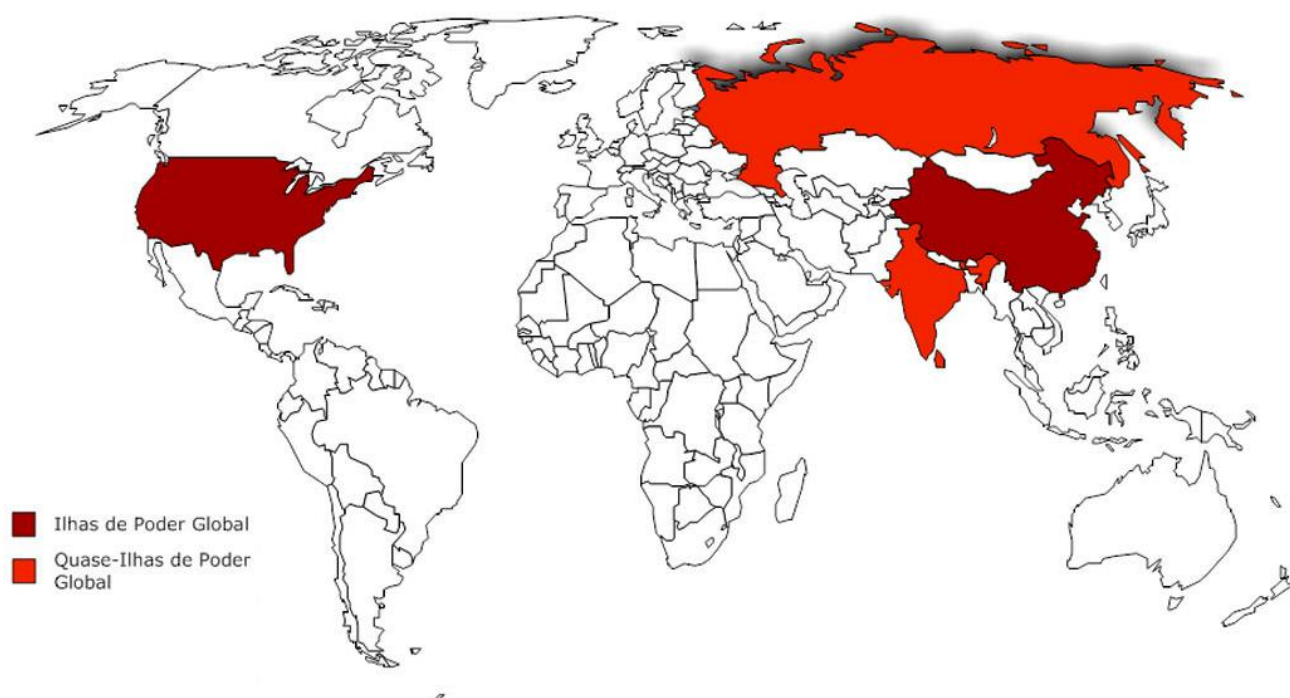
Além desta “ilha de poder”, configuram-se na Eurásia duas “quase ilhas de poder mundial” – a Índia e a Rússia. A designação “quase ilha” pretende significar que o espaço geopolítico em causa contém os atributos necessários para ser um pólo de irradiação de poder com expressão mundial e, além disto, enveredou por uma estratégia com muito elevada probabilidade de preencher, a breve prazo, todas as condições necessárias e suficientes para o exercício do poder global.

Quadro 7. Índia – Quase-ilha de Poder Global



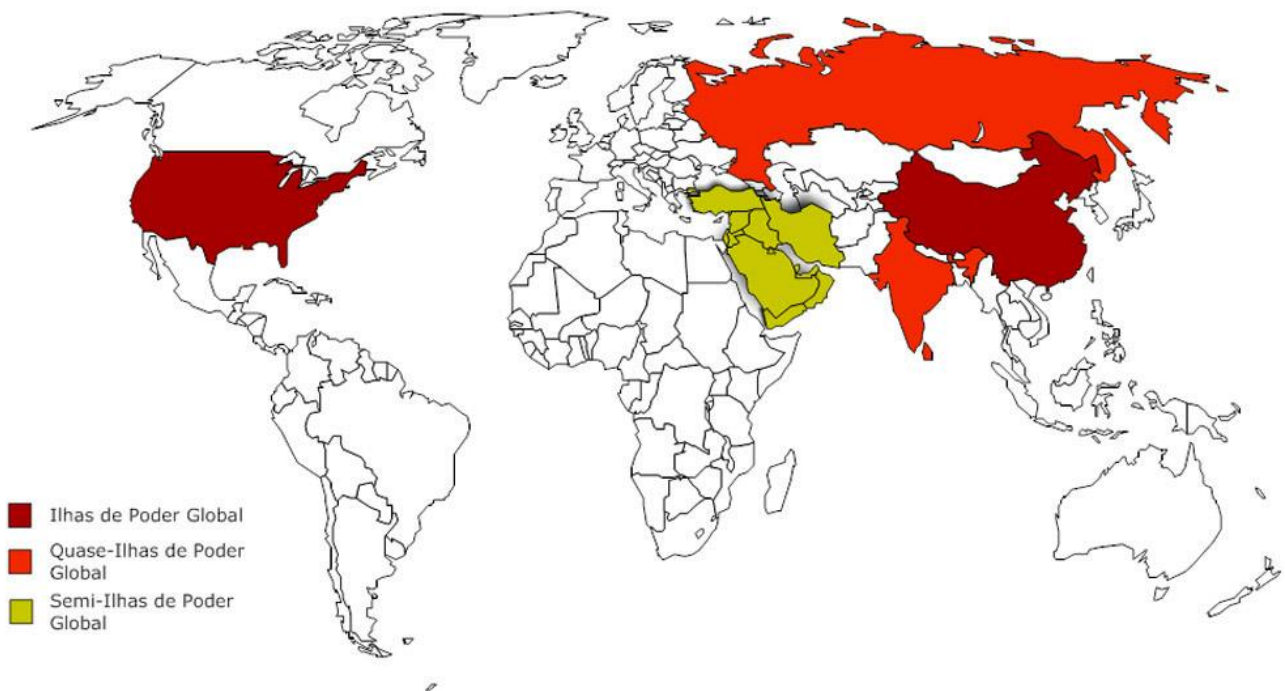
A Índia, igualmente um país tipo continente, ocupa um espaço bem delimitado pelos Himalaias e as montanhas da fronteira afegã-paquistanesa, para lá do espaço político paquistanês, o que constitui o seu principal ponto fraco. Possui mais de 1.100 milhões de habitantes, com uma maioria étnica praticamente homogênea e uma religião muito maioritária. Dispondo de importantes recursos naturais, actualmente muito insuficientes tal como na China, a sua economia encontra-se em acelerada expansão, especialmente na área dos serviços propiciados pelas tecnologias de informação, e progride em termos de conhecimento no mesmo ritmo. É uma potência militar razoável, se bem que com expressão inferior à da China, tem um arsenal nuclear de capacidades médias, quanto a número de ogivas e alcance dos vectores que as projectam, e já começou a utilizar o espaço, tendo um programa ambicioso para a sua exploração.

Quadro 8. Rússia – Quase-ilha de Poder Global



No centro da Eurásia, constituindo o núcleo do seu coração, encontra-se outra “quase ilha”, a Rússia. Para ascender ao estatuto de “ilha de poder global”, as grandes questões estratégicas da Rússia são: a Ocidente, a consolidação do espaço tampão que a separa da Alemanha, nas fronteiras Oeste da Ucrânia e da Bielorrússia, e a obtenção de ganhos suficientes de influência nos Balcãs; a Sul, consolidação da tradicional frente do Cáucaso; a Leste, uma maior acentuação da sua ligação com a zona de reservas de recursos energéticos, no âmbito da Comunidade de Estados Independentes, particularmente o Cazaquistão. Um grande país continente, cuja população de cerca de 140 milhões tem um crescimento negativo, o que constitui um ponto fraco assinalável. Com base numa crescente acentuação da coesão política e numa pujante recuperação económica sustentadas na exportação de combustíveis fósseis e reforçadas pela venda de armamentos de elevada tecnologia, a Rússia situa-se, a par dos EUA, no primeiro patamar da capacidade nuclear; supera no espaço as outras potências espaciais, excepto os EUA; leva a cabo uma profunda reorganização e modernização das suas forças armadas; sem profundas divisões religiosas, retoma-se o tradicional orgulho do povo russo, sob uma liderança forte e determinada.

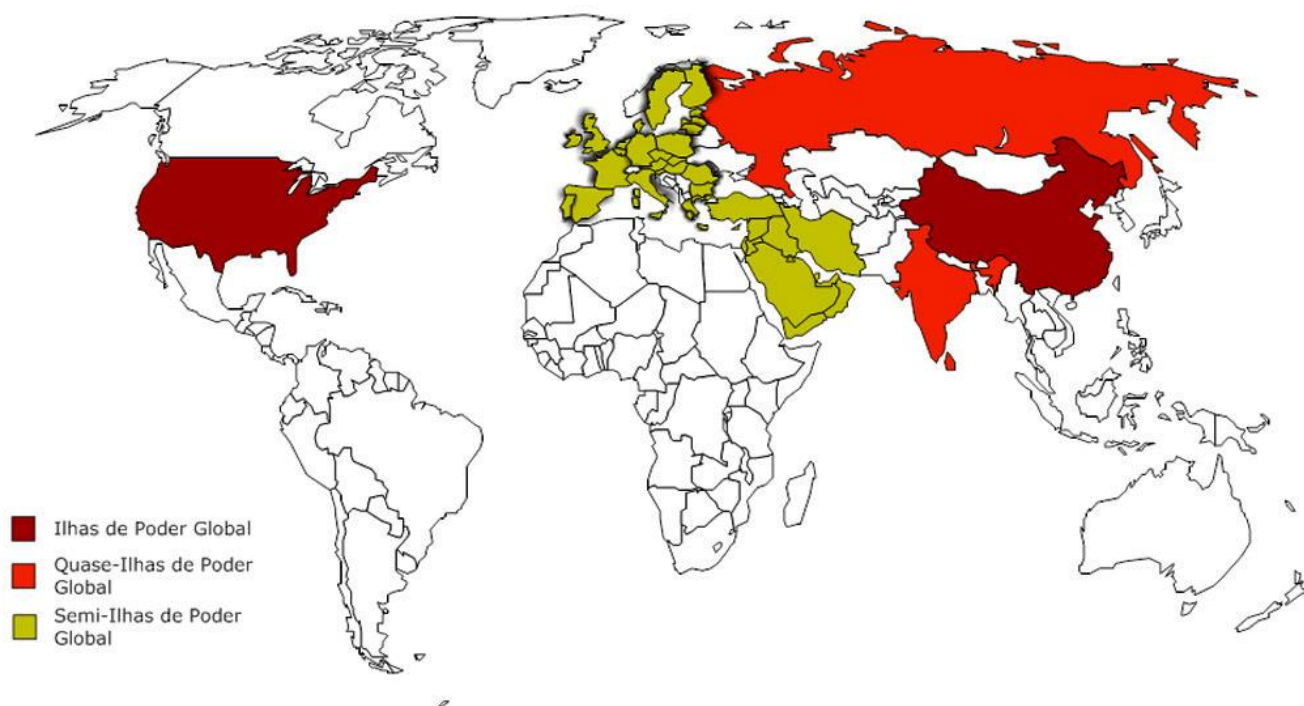
Quadro 9. Golfo Pérsico – Semi-ilha de Poder Global



No bordo Sul da Eurásia, entre o Mar Negro, as montanhas do Cáucaso e o Mar Cáspio, a Norte, e os mares Vermelho e Arábico, a Sul, o Mediterrâneo a Oeste e o Índico e as montanhas do Afeganistão, a Leste, situa-se outro espaço geopolítico com os traços marcantes de “semi-ilha”, integrando o espaço do antigo Império Otomano, a Arábia e a região planáltica da Pérsia. A designação “semi-ilha” pretende significar um espaço geopolítico de grande potencial de projecção de poder, dispondo das condições necessárias para ser uma “ilha de poder global”, mas com tais vulnerabilidades que parece pouco provável atingir esse estatuto, pelo menos num prazo visível. Embora sendo um espaço geopolítico com cerca de 270 milhões de habitantes com um fundo religioso semelhante (muçulmanos) e possua importantes jazidas de combustíveis fósseis, encontra-se politicamente dividida, sem se descortinar a possibilidade de emergir nele uma liderança política mobilizadora de um projecto comum. Pode considerar-se que este espaço integra três “quase ilhéus de poder global”: Turquia, Arábia Saudita e Irão; mas nenhum deles com capacidade para impor a sua vontade a toda a “semi-ilha”, transformando-a em ilha de poder. Apesar de este espaço geopolítico se encontrar numa posição, onde se cruzam os caminhos da Europa, da Ásia e da África, em termos políticos, religiosos e, em parte, económicos, existem três fracturas muito dificilmente ultrapassáveis: 1) a profunda cisão entre xiitas e sunitas, que lutam pela hegemonia regional e no mundo muçulmano, o que reforça a rivalidade política entre a Arábia Saudita e o Irão; 2) a questão israelo-palestiniana, que introduz a presença na região dos EUA, principais aliados de Israel; 3) e a questão curda, ainda não resolvida, que vulnerabiliza particularmente a Turquia. Somam-se a estas fracturas: por um lado, o

facto dos seus recursos naturais estratégicos, os combustíveis fósseis, terem duração limitada, podendo mesmo perder a importância actual antes de se esgotarem, perante uma rotura tecnológica de natureza energética; por outro, porque os recursos petrolíferos reforçam a presença desagregadora das potências consumidoras na região, nomeadamente os EUA.

Quadro 10. Europa – Semi-ilha de Poder Global



A Ocidente da Eurásia, configura-se outro espaço geopolítico cujas características suscitam a dúvida sobre se é uma “semi-ilha” ou uma “quase ilha”. Nesse espaço, situam-se, pelo menos três “ilhéus de poder global”, Reino Unido, França e Alemanha, e dois “quase ilhéus”, Itália e Espanha”, com a Alemanha a destacar-se como o mais poderoso de todos eles. Configurando-se numa realidade política de tipo novo, a União Europeia, que já abrange 27 países europeus, tende a integrar os restantes, com excepção da Rússia. Teria as condições de espaço, população e conhecimento necessários para ser uma “ilha de poder global”.

Mas a UE não constitui uma unidade política tipo estatal. Cada estado por ela incorporado age em função do respectivo interesse vital e os órgãos comuns da União só mitigadamente podem fazer actuar a soma dos *hard power* estatais, com objectivos necessariamente limitados, de acordo com um processo de decisão incapaz de gerar aplicação de poder oportuna e eficaz. Por outro lado, existem dilacerações internas decorrentes dos interesses vitais dos países membros, que projectam as respectivas Histórias: rivalidade entre os países marítimos e os continentais, Europa do Norte e Europa do Sul, “nova” e “velha” Europa, grandes e pequenos, países mais fracos que

buscam apoios (muitas vezes exteriores à Europa) e países mais poderosos. Numa configuração de potências que reconstitui a realidade anterior à Segunda Guerra Mundial, onde reemergem idênticas interacções.

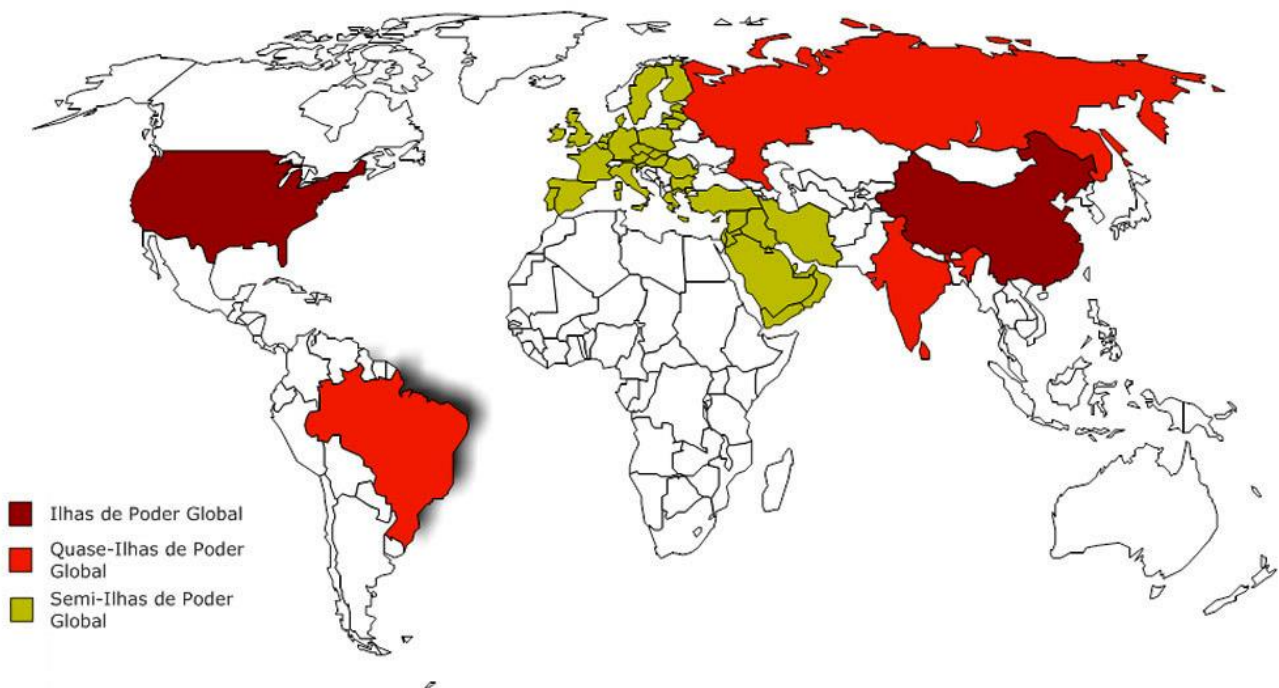
Sob esta perspectiva, embora o “bloco económico europeu” seja a maior economia mundial, a Europa tenha cerca de 500 milhões de habitantes cujos valores democráticos compartilham, o seu nível de conhecimento se situe em patamar elevado, constitua um pólo de atracção e modelo social que o mundo aspira, características que lhe conferem a capacidade de projectar influência. No entanto, o seu poder é demasiado *soft* para ser decisivo em questões vitais, faltando-lhe o músculo militar do *hard power*. O que nos leva à conclusão de que será difícil transformar-se numa efectiva “ilha de poder global”. Nas circunstâncias actuais e previsíveis, os atributos da União ficar-se-ão pela categoria de “semi-ilha de poder global”.

A não ser que, no futuro próximo, passemos a assistir a uma reconfiguração do Estado alemão, a partir dos factores de potencial que o caracterizam – uma das maiores potências económicas do mundo (hoje o maior exportador mundial), numa área relativamente extensa na região central da Europa com cerca de 80 milhões de pessoas, unidas pela etnia, a língua e valores culturais e religiosos, e com acesso a níveis de conhecimento muito elevado. Reconfiguração que o obrigue, com base nestes factores, a progredir para o significativo reforço do seu músculo militar. Tal reforço teria de incluir um aumento das despesas com as forças armadas para 3 a 4% do PIB (actualmente cerca de 1,2%), e poderia dinamizar a capacidade de projecção do poder da Europa, mobilizando vários dos seus países para integrarem uma “ilha de poder global”, sob a liderança alemã. Esta evolução pode ocorrer, caso se venham a perfilar ameaças graves aos seus interesses vitais.

Sinceramente, tenho muitas dúvidas quanto à possibilidade de este cenário se verificar. Perante os elementos descritos, a partir dos quais aparece como mais provável uma Europa “semi-ilha”, um reforço alemão poderia até descambar para o regresso das tensões e conflitos de um passado que os europeus desejam esconjuram. Daqui, a dúvida sobre o tipo de espaço irradiador de poder que o espaço geopolítico europeu constitui. As contradições que o dilaceram transformam-no mais em conglomerado político que, em situações de crise, o paralisam em vez de o dinamizar.

Fora da Eurásia, uma “quase ilha de poder global” e alguns ilhéus de poder mundial com potencialidade de se transformarem em focos de “quase ilhas de poder”

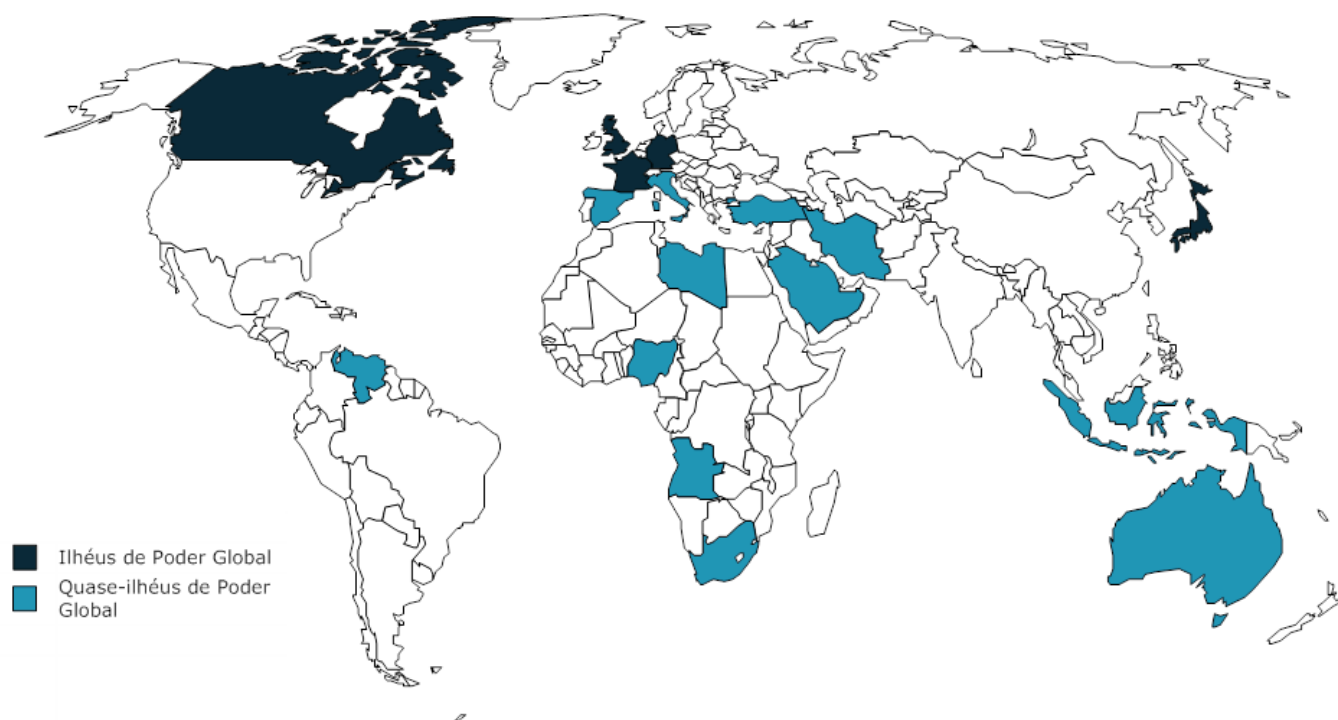
Quadro 11. Brasil – Quase-ilha de Poder Global



Na América do Sul, deparamo-nos com outra “quase ilha de poder global” – o Brasil. Por si só, o Brasil, enorme país continente, com cerca de 200 milhões de pessoas e uma superpotência agrícola, tem capacidade para se tornar, em futuro próximo, uma ilha do poder. Uma União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), que aprofunde o papel do Conselho de Defesa Sul-Americano, reforçará as possibilidades do espaço geopolítico sul-americano evoluir para tal situação.

Com uma população predominantemente mestiça, o que constitui um forte valor identitário próprio, sem profundas fissuras étnicas e com valores religiosos e culturais homogêneos, dispondo de vastos recursos naturais (também energéticos), e com uma economia em crescimento sustentado, o Brasil tem apostado no factor conhecimento, o que lhe permitiu ser competitivo em várias tecnologias, como aeronáutica e exploração de petróleo, dispõe de capacidade de produção nuclear, colocou em curso um ambicioso programa de equipamento e armamento das forças armadas e já iniciou o uso do espaço.

Quadro 12. Ilhéus e Quase-ilhéus de Poder Global



Na América do Norte, encontramos um “ilhéu de poder global”, o Canadá. Segundo país mais extenso do mundo, embora seja inóspita uma grande parte da sua superfície, o Canadá tem população multicultural e coesa de 32 milhões de habitantes que vive, na sua maioria, ao longo da faixa de 150 quilómetros de largura ao longo da fronteira Norte dos EUA. É um espaço com abundantes recursos naturais e com elevado nível de desenvolvimento económico. A sua vizinhança com a ilha de poder global mais dinâmica do planeta esbate o seu poder e influência, que é real e lhe confere a natureza de ilhéu de poder.

Na África, podemos considerar que existem quatro “quase ilhéus de poder global” – Líbia, Nigéria, Angola e República da África do Sul, cujo conjunto é conhecido como o quarteto estratégico de África. Todos dispõem de abundantes recursos naturais e grande extensão territorial.

Enquanto a Nigéria e a África do Sul são relativamente povoadas (cerca de 150 milhões a primeira e 50 milhões a segunda) as suas populações são pouco coesas, tanto do ponto de vista étnico como de valores culturais, com fracturas graves e em conflito aberto, na primeira, e em conflito potencial, na segunda. Com substanciais massas humanas subdesenvolvidas, nelas alastram graves doenças, como a sida, com efeitos demolidores.

Angola e Líbia têm uma população muito escassa, cerca de 12 milhões a primeira e 7 milhões, a segunda. Enquanto os líbios dispõem de um produto per capita elevado,

os angolanos encontram-se, na sua imensa maioria em profundo estágio de subdesenvolvimento. Ambos os países passam por um período de crescimento económico, com Angola tendo taxas que ultrapassam os 20%.

Se os factores de debilidade indicados, como reduzida população, fragmentação nacional, étnica e/ou religiosa, subdesenvolvimento económico e baixos ou muito baixos níveis de conhecimento, forem ultrapassados, o que se afigura, pelo menos, muito demorado, a Nigéria, Angola e África do Sul poderão competir ou conjugar-se e constituírem, a longo prazo, uma “quase ilha de poder mundial”.

Na Ásia/Pacífico, além da China (ilha mundial), pode considerar-se existir um “ilhéu de poder global”, o Japão, e dois “quase ilhéus”, a Indonésia e a Austrália. O Japão, cuja economia é das maiores do mundo, com alto grau de conhecimento e domínio científico e tecnológico, tem insuficiências geográficas: superfície fragmentada de dimensão relativamente reduzida (1,5 vezes a superfície da Grã-Bretanha), escassos recursos naturais, uma população (cerca de 125 milhões) muito envelhecida e com taxa de crescimento negativa. Por outro lado, a influência que o Japão poderá exercer sobre as regiões circundantes (Coreia, Taiwan, Indonésia) é disputada por uma ilha de poder global (China), o que torna improvável que o Japão se venha a configurar como foco de uma outra ilha de poder.

A Indonésia, embora fragmentada territorialmente, é um país de grande extensão (perto de 2 milhões de quilómetros quadrados, mais de 5 vezes a superfície do Japão), e com numerosa população (cerca de 240 milhões), maioritariamente muçulmana, embora com algumas fissuras étnicas (a etnia maioritária é a javanesa, 45%). Encontra-se num baixo estágio de desenvolvimento, se bem que com recursos naturais abundantes, muitos deles a ser delapidados. Pela sua extensão, demografia, relativa homogeneidade, possui condições para, através de um acentuado esforço no factor conhecimento, para se transformar num “ilhéu de poder global”.

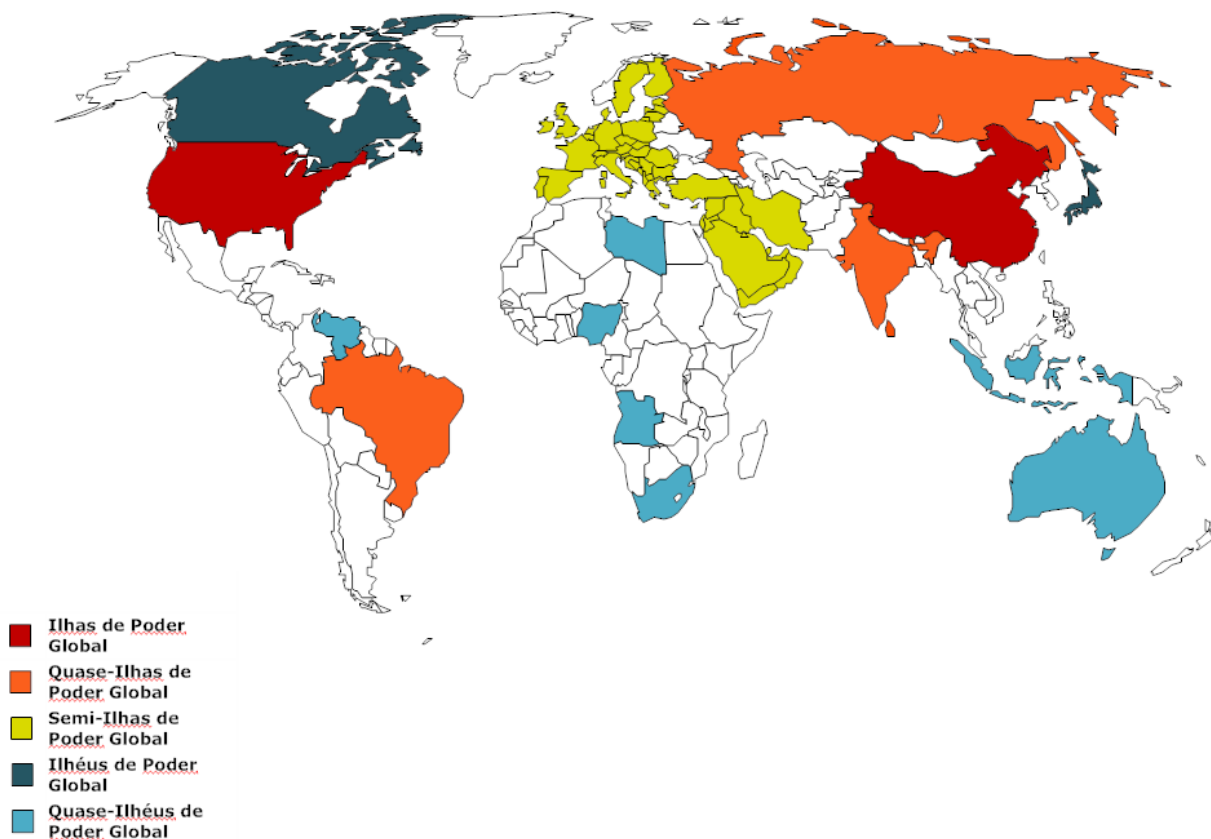
A Austrália é um país continente, a sexta nação maior do mundo, mas a maior parte da sua superfície é desértica ou semi-desértica e a sua população ronda apenas os 20 milhões de habitantes. Desde que diminua as suas carências populacionais, a Austrália pode aproximar-se de um ilhéu de poder mundial.

A Venezuela, que compete com o Brasil (e com os EUA) em termos de influência regional, tem importantes jazidas de combustíveis fósseis e, servindo-se de uma ideologia agressiva, desenvolve programas de equipamento e armamento. Podemos caracterizá-la como “quase ilhéu de poder mundial”, com algumas hipóteses de reforçar o seu potencial de irradiação de poder.

A Venezuela, na América do Sul, e a Líbia, em África, que presentemente nos surgem como quase ilhéus de poder, podem perder esta qualidade, se e quando os combustíveis fósseis deixarem de ter a importância estratégica actual.

O “governo” do mundo e os quatro níveis de poder

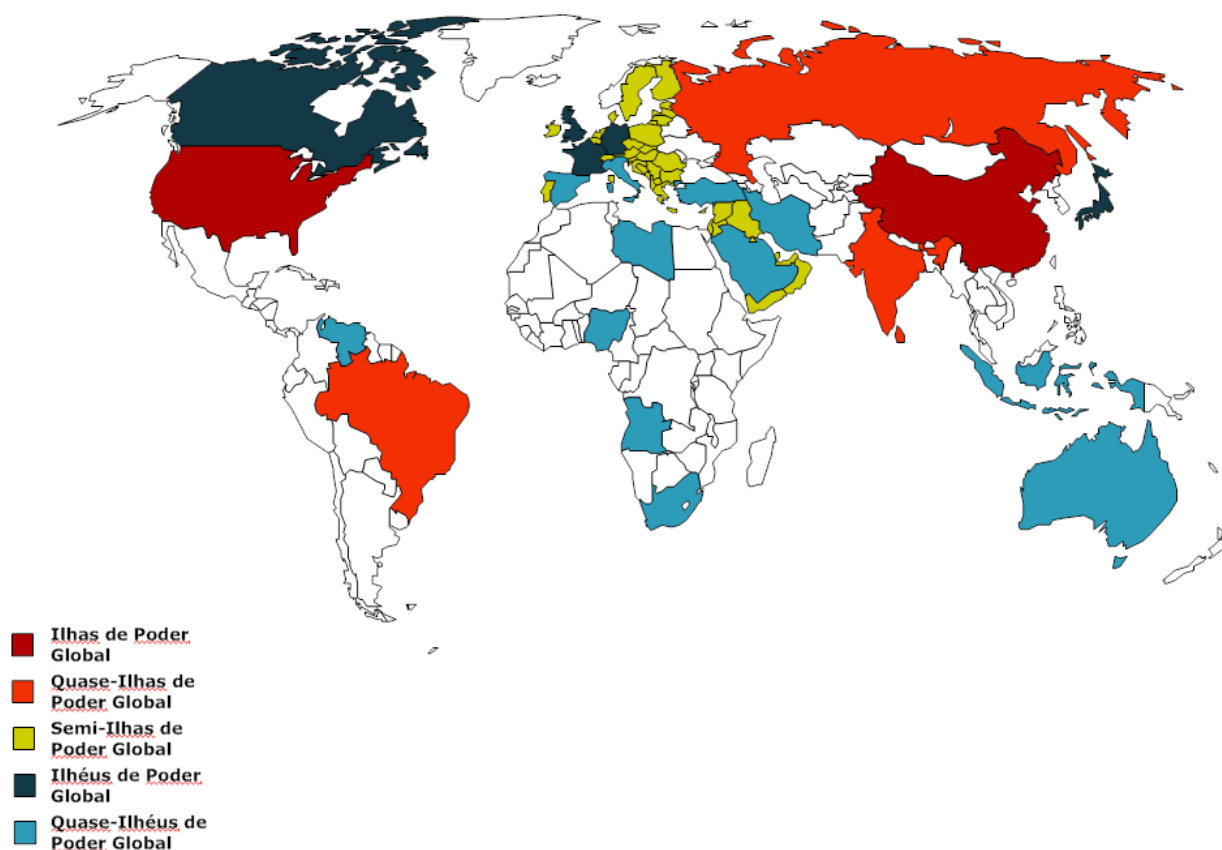
Quadro 13. Ilhas, Quase-ilhas, Semi-ilhas, Ilhéus e Quase-ilhéus de Poder Global no Mundo



8. Se a racionalidade presidir à afirmação mútua dos diversos espaços geopolíticos, o “governo” do mundo assentará, em termos genéricos, no modo como interagirem as “ilhas de poder global”, actualmente os Estados Unidos e a China, juntamente com as actuais “quase ilhas de poder global”, Rússia, Índia e Brasil, e, caso sejam preenchidos os pressupostos necessários, uma ou as duas “semi-ilhas”, Europa e Região do Golfo.

Embora, presentemente, os Estados Unidos se encontrem destacados neste ranking, marcando a agenda internacional, mas sem capacidade para a concretizar na sua totalidade, a China esteja apenas em vias de consolidar a sua posição, e a Rússia, Índia e Brasil se encontrem no ramo ascendente da subida para o primeiro patamar, os anos futuros poderão assistir a posições relativas variáveis e diferentes das actuais. Mas sempre com estas cinco “megapotências” no topo. Ao cume podem também ascender as duas ou uma das actuais semi-ilhas (Europa e Região do Golfo), se conseguirem ultrapassar as contradições com que se debatem.

Quadro 14. Ilhas, Quase-ilhas, Semi-ilhas, Ilhéus e Quase-ilhéus no Mundo (Semi-ilhas: detalhes)



No segundo nível de poder, situar-se-ão aqueles que já se podem considerar “ilhéus do poder global” – Alemanha, Japão, Reino Unido, Canadá, França – parceiros cobiçados pelas megapotências. No caso da Alemanha se transformar no foco dinamizador de uma Europa configurada como “ilha de poder”, ela confundir-se-á com a nova megapotência europeia, o que aumentaria o seu número para seis. Na hipótese de acontecer um idêntico cenário com a semi-ilha “Região do Golfo”, então as megapotências seriam sete.

O número de “ilhéus do poder”, potências que desempenharão influência relevante no sistema de poder mundial, crescerá, se e à medida que os “quase ilhéus” para eles evoluírem. Juntamente com aqueles que se encontram na actual situação, Itália, Espanha, Irão, Arábia Saudita, Turquia, Venezuela, Líbia, Angola, República da África do Sul, Indonésia e Austrália, formarão um terceiro patamar na hierarquia do poder.

Desde que alguma das “quase ilhas de poder global”, se venham a constituir, elas alinhará no primeiro patamar de poder.

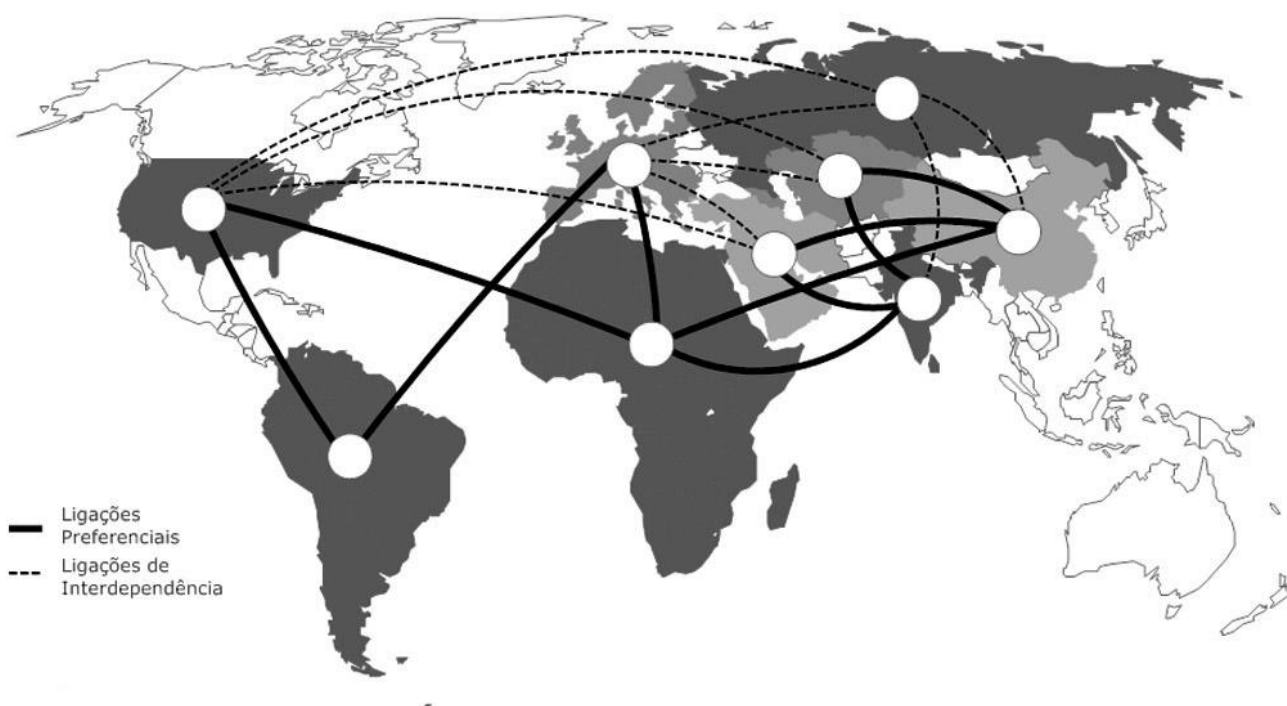
Os restantes países, dos quais alguns podem ascender ao nível anterior, definirão o quarto e último escalão de poder, todos a debater-se com a sua sobrevivência em condições de garantir os respectivos interesses vitais. No entanto, caracterizar-se-ão de forma bem diversa, desde os estados pouco dependentes aos estados exíguos. Serão todos sobreviventes, mesmo que precisem de ter armas nucleares para o conseguirem, como acontece presentemente com Israel e o Paquistão. Alguns deles podem soçobrar.

Em circunstâncias geográficas idênticas (humanas e físicas), o elemento decisivo para definir a hierarquia de poder, será o factor conhecimento, no seu triplo aspecto: funcionamento e progresso no âmbito social; investigação científica e produção de instrumentos tecnológicos; e aperfeiçoamento das estratégias de relacionamento, tanto de cooperação como de conflito.

O domínio da capacidade anti-míssil, quanto à ciência e tecnologia, é, a este respeito, um exemplo muito actual, pois, enquanto esta capacidade se não generalizar, quem a possuir encontrar-se-á imune a ataques com mísseis a partir do exterior do seu território, o que lhe garante uma posição dominante sobre os que as não tiverem.

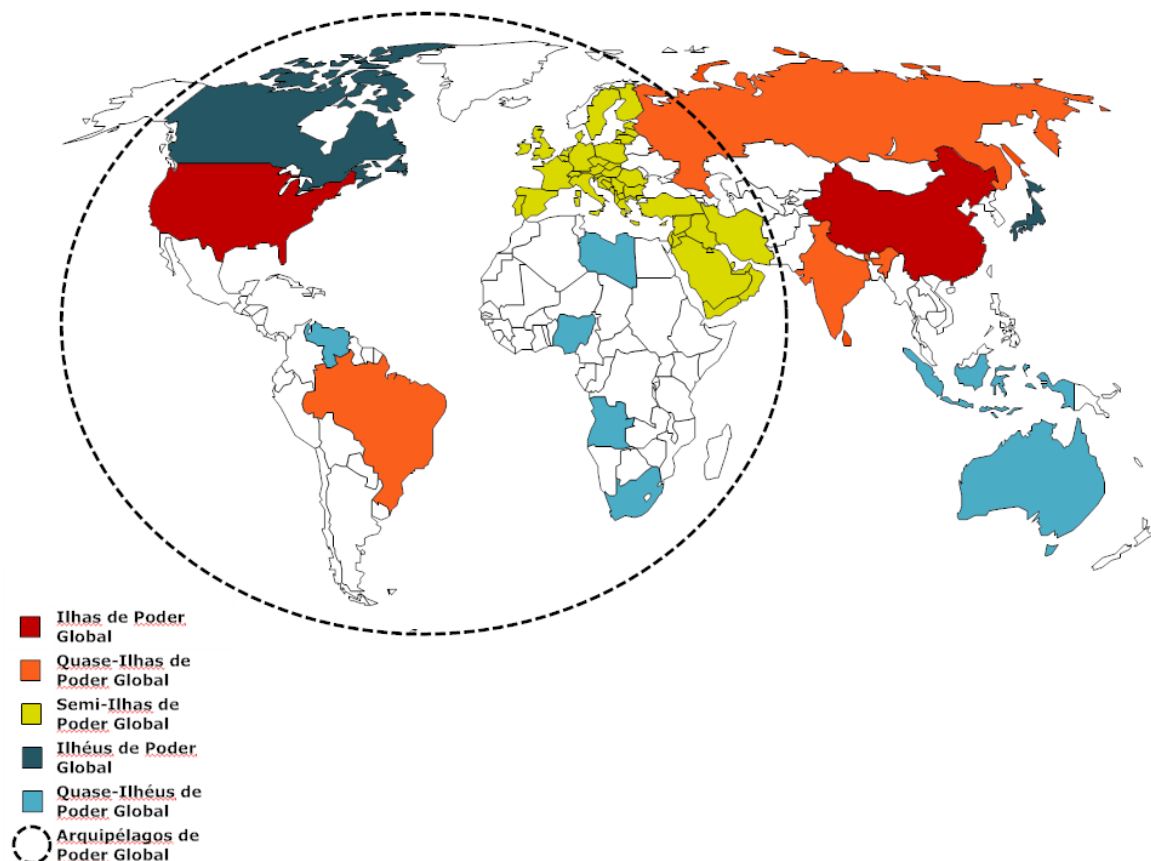
Nos próximos anos, a importância estratégica da energia fóssil para os transportes é de tal monta, que poderá promover interdependências preferenciais. Se observarmos aquilo a que se pode chamar o sistema circulatório mundial dos combustíveis (por gasodutos, oleodutos e navios-tanque), somos conduzidos a retirar algumas curiosas ilações, merecendo realce a seguinte.

Quadro 15. Sistema circulatório dos combustíveis fósseis



Com o destaque das ligações mais desejáveis entre as principais regiões produtoras e as principais regiões consumidoras, tendo em atenção as proximidades geográficas e culturais dos diversos espaços geopolíticos, é possível antever eventuais relacionamentos das megapotências entre si e com zonas exportadoras de energia (algumas das quais com a possibilidade de, elas próprias, atingirem o estatuto de megapotência). De todos eles, o que suscitaria mais interesse é o cenário do regresso do “Ocidente Geográfico”, configurado por aquilo que poderíamos designar por um “arquipélago de poder global”, agora constituído pelo continente americano (duas megapotências) e a Euráfrica (quatro quase ilhéus, susceptíveis de evolução para ilhéus, com três deles que poderão vir a integrar, no futuro, uma megapotência) separadas pelo Atlântico. A inclusão deste arquipélago de poder num único sistema de segurança (tipo NATO alargada a Sul) parece bastante plausível.

Quadro 16. Eventuais Arquipélagos de Poder



Não parece tão previsível a configuração de um arquipélago homólogo de poder a Leste, um “Oriente Geográfico”. Apesar da Rússia defender uma doutrina que o promove (neo-eurasianismo), procurando dar consistência geopolítica ao triângulo Moscovo, Pequim, Nove Delhi. A Organização de Cooperação de Shanghai, conhecida por NATO de Leste (SCO, na notação inglesa), envolvendo a Rússia, China, Índia e

outros participantes menores, embora tenha em mãos um ambicioso programa de infra-estruturas na região que separa a Rússia da China e da Índia, não parece capaz de ultrapassar as barreiras resultantes de muitos dos respectivos interesses vitais se oporem entre si. A não ser em situações muito concretas e por períodos limitados, por exemplo, como reacção a acções exteriores que os atinjam igualmente.

Conclusão

9. Concluindo: Um século depois de Mackinder ter afirmado existir um *pivot* geográfico da História localizado no coração da Eurásia, parece adequado continuar a pensar o seguinte:

1) Certos espaços politicamente organizados e activos dispõem de melhores condições de natureza geográfica para impor a sua vontade aos restantes actores existentes no planeta, desde que lhes acrescentem o conhecimento suficiente para actuar da melhor forma;

2) A existir um *pivot* geográfico da História, ele pode manifestar-se em qualquer parte do mundo, mas terá grandes dificuldades em manter isoladamente o domínio planetário por tempo prolongado;

3) O mais provável será o mundo ser dirigido por um grupo de países tipo continente, “as ilhas de poder global”, cujo número poderá oscilar, mas será sempre reduzido, porventura inferior à dezena.

4) Estas ilhas, as megapotências, tenderão a procurar estabelecer redes de ligação com potências que contem na arena internacional, procurando estabelecer áreas de influência, que constituirão os novos impérios do futuro. Poderão aliar-se umas com as outras, buscando obter as melhores garantias para assegurar os respectivos interesses essenciais.

*(Comunicação apresentada à Classe de Letras
Na sessão de 10 de Julho de 2008)*